

Gilmar Mendes determina adoção de medidas para garantir respeito à identidade de gênero no SUS

Decisão individual do ministro foi tomada no Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. Segundo ele, intenção é reduzir a burocracia no atendimento de pessoas trans no sistema de saúde.

[\(G1 | 28/06/2021 | Por Márcio Falcão e Fernanda Vivas, TV Globo | Acesse a matéria completa no site de origem\)](#)

O ministro [Gilmar Mendes](#), do [Supremo Tribunal Federal](#), determinou ao Ministério da Saúde que adote medidas para garantir no atendimento em saúde o respeito ao gênero com o qual o paciente se identifica.

A decisão individual do ministro foi tomada no [Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+](#).

De acordo com a decisão do ministro, o Ministério da Saúde terá 30 dias para

- alterar o sistema de informação do [Sistema Único de Saúde \(SUS\)](#) a fim de permitir que marcações de consultas e de exames de todas as especialidades médicas sejam realizadas independentemente do registro do sexo biológico, levando em conta autodeclaração de gênero. A intenção é reduzir a burocracia no atendimento de homens e mulheres trans.
- alterar a declaração de Nascido Vivo, primeiro documento que identifica o recém-nascido. O documento terá que incluir a categoria “parturiente”. O espaço de “pai” e “mãe” serão para os representantes legais, que terão vínculos de paternidade com a criança. A intenção é reunir dados para a formulação de políticas públicas de acordo com o gênero com o qual os pais da criança se

identificam.

O objetivo da decisão é permitir que homens e mulheres trans tenham acesso igual a ações e programas de saúde.

“Nesse contexto, é necessário garantir aos homens e mulheres trans acesso igualitário a todas as ações e programas de saúde do SUS, especialmente aqueles relacionados à saúde sexual e reprodutiva, como agendamento de consultas nas especialidades de ginecologia, obstetrícia e urologia, independentemente de sua identidade de gênero, sendo fundamental eliminar obstáculos burocráticos que possam causar constrangimento a pessoa e atraso no acesso a prestação de saúde”.

[Acesse a matéria completa no site de origem](#)

Dia Nacional da Visibilidade Trans: entenda quais os direitos que a legislação brasileira garante a travestis e pessoas transgênero

Nome social e cirurgia de redesignação sexual no SUS são exemplos de conquistas, mas o acesso nem sempre é assegurado. Violência e discriminação ainda são realidade para a maioria

[\(Celina/O Globo, 29/01/2020 - acesse no site de origem \)](#)

O dia **29 de janeiro** é dedicado às discussões sobre a visibilidade de pessoas **transexuais** e **travestis** no Brasil. Nesta data, em 2004, lideranças do movimento pelos direitos de pessoas trans se reuniram no Congresso

Nacional, em Brasília, para lançar a campanha “Travesti e Respeito”. Promovida em parceria com o Ministério da Saúde, tinha como objetivo incentivar a **inclusão social** desse grupo. Desde então, tivemos avanços na garantia de direitos a essa população, mas muitos ainda encontram [desafios](#) para acessá-los.

Para **Leonardo Tenório**, pioneiro na militância dos **homens trans** no Brasil, a violência contra [pessoas transexuais](#) ainda é um dos principais obstáculos a serem enfrentados.

— Independentemente da classe social ou localidade, você pode sofrer violência em qualquer lugar só por ser uma pessoa trans. Tanto na rua, quanto dentro de casa, pela própria família — ele afirma.

O ativista é um dos muitos brasileiros que já precisaram conviver com a **transfobia**. Durante a infância e a adolescência foi vítima de violência doméstica e chegou a ser expulso de casa. Para Leonardo, o acesso à saúde pública e a empregabilidade são outros pontos que precisam de atenção urgente:

— Conseguir emprego ainda é uma dificuldade. Por isso, muitas pessoas acabam parando na informalidade ou na prostituição. A população brasileira precisa entender que somos seres humanos iguais e que precisamos de direitos iguais — defende o ativista, que recomenda a quem passar por situação de discriminação buscar o apoio de movimentos sociais, presentes em diferentes estados do país.

Tathiane Aquino de Araújo, presidente da **Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil**, acredita que ainda não podemos elencar avanços que sejam uma solução para as demandas das pessoas trans. Segundo ela, muitas políticas não são aplicadas de fato. Como exemplo, Tathiane cita a dificuldade encontrada em muitos cartórios para realizar a alteração do nome nos documentos e a existência de poucos ambulatórios que realizem o processo transexualizador.

A presidente da Rede Trans destaca também que a discriminação contra essa população gera uma “morte social”, que não é tão evidenciada quanto os assassinatos e casos de violência física, mas que precisa ser visibilizada.

— A morte social é silenciosa. É a morte daquela cidadã que foi expulsa de casa e não tem um aparato social, que é expulsa da escola e não tem a mesma oportunidade no mercado de trabalho. Essa pessoa não conseguiu acessar quase nenhuma política pública nem ter uma vida social digna. Quando ela não se suicida, vive triste e muitas vezes jogada nas mazelas sociais porque a nossa sociedade não a enxerga como cidadã de fato — afirma Tathiane, reforçando que este é o tema de um ato realizado pela Rede Trans nesta quarta-feira (29), na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Neste Dia Nacional da Visibilidade Trans, [CELINA](#) conversou com a advogada e professora **Giowana Cambrone**, vice-presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB do Rio de Janeiro, para entender quais direitos a legislação brasileira já garante às pessoas transexuais.

Nome social e requalificação civil

O nome social é aquele pelo qual uma pessoa se apresenta e quer ser reconhecida socialmente, ainda que não tenha retificado os documentos civis. Desde abril de 2016, o decreto nº 8.727 passou a reconhecer que, nas repartições e órgãos públicos federais, pessoas [travestis e transexuais](#) tenham sua identidade de gênero garantida e sejam tratadas pelo nome social. Existem também outras legislações sobre esse direito em estados e municípios. No Rio de Janeiro, por exemplo, é possível emitir uma carteira de identidade reconhecida oficialmente com o nome social. Ele também pode ser incluído em documentos como CPF, cartão do SUS e título eleitoral.

— No Brasil, o nome social se constitui como uma gambiarra, porque as pessoas têm uma dificuldade muito grande de retificar o nome nos documentos — explica Giowana Cambrone.

Já a requalificação civil é quando a pessoa altera nome e gênero na certidão de nascimento e, portanto, em todos os outros documentos. Em março de 2018, uma decisão do STF (Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275) passou a garantir que essa alteração seja feita administrativamente em um cartório de registro de pessoas naturais, sem a necessidade de ação judicial.

— É um grande avanço porque reconhece a autodeterminação de nome e

gênero, garantindo um direito da personalidade do sujeito, sem precisar de advogado ou acessar o judiciário em um processo moroso — avalia Giowana.

Saúde

Desde agosto de 2008, o Sistema Único de Saúde (SUS) realiza a cirurgia de redesignação sexual para mulheres trans. Em junho de 2019, a portaria nº 1.370 passou a permitir o procedimento também para homens trans. No entanto, acessar esse direito ainda é um desafio.

— A questão da saúde é precária, o que é uma característica geral da saúde no Brasil. Por ser um procedimento de alta complexidade, mas considerado irrelevante pelos órgãos de saúde, outros tipos de tratamento são priorizados — afirma Giowana.

Atualmente existem apenas cinco centros de saúde credenciados pelo SUS que promovem esse tipo de cirurgia no Brasil, localizados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Goiânia e Recife. Para procedimentos ambulatoriais, que incluem acompanhamento multiprofissional e hormonioterapia, são 12 hospitais referenciados em todo o país. De acordo com o Ministério da Saúde, mesmo não sendo habilitados, o que implicaria em um custeio federal adicional, existem outros serviços de saúde no país que podem realizar procedimentos como mastectomia e cirurgia plástica.

No dia 9 de janeiro deste ano, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou a Resolução nº 2.265/2019, que atualiza as regras para o atendimento médico às pessoas transexuais. Entre as principais mudanças está a alteração na idade para a cirurgia, que foi reduzida de 21 para 18 anos. Já as terapias hormonais passam a ser liberadas a partir dos 16 anos. A nova resolução também contempla questões como o bloqueio puberal, “interrupção da produção de hormônios sexuais”, e a hormonioterapia cruzada, “forma de reposição hormonal na qual os hormônios sexuais e outras medicações hormonais são administradas ao transgênero para feminização ou masculinização”, e regulamenta os processos cirúrgicos.

Sobre esta resolução, o Ministério da Saúde afirmou, em nota, que “irá avaliar e discutir com outros órgãos de governo, a partir das normas já

existentes, a aplicação ao SUS, que não é automática.”

Ainda no âmbito da saúde, a advogada Giowana Cambrone destaca que alguns protocolos do SUS ainda [não são adaptados](#) para pessoas trans.

— Alguns tipos de tratamento referentes à saúde reprodutiva são negados nos sistemas de marcação de consulta. Por exemplo, uma mulher trans que tenha retificado o documento ainda precisa fazer exames de próstata. O mesmo com homens trans que não passaram por cirurgia e precisam fazer exames ginecológicos, mas não conseguem marcar.

Procurado pela reportagem de CELINA, o **Ministério da Saúde** respondeu, em nota:

“Informamos que, desde 2018, foi retirada a referência ao sexo dos sistemas de atendimento ambulatorial e hospitalar. O sistema apenas emite um relatório de alerta para o gestor, com relação a determinados procedimentos que são realizados em pessoas do sexo masculino, mas se apresenta com o sexo feminino ou ao contrário. Compete ao gestor local analisar cada situação e liberar ou não a apresentação dos procedimentos ora realizados, porém não é impedimento para atendimento. Quanto ao estabelecimento atender ou não, isso vai depender se a unidade for habilitada para o atendimento do processo de transexualização.”

O **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos** também enviou nota:

“O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Diretoria LGBT da Secretaria Nacional de Proteção Global, articula reunião com Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social do Ministério da Saúde. A previsão é que aconteça em fevereiro. O objetivo é definir diretrizes e apresentar propostas de avaliação para todos os temas referentes à saúde LGBT.”

Uso do banheiro

No início deste mês, a **travesti Lanna Hellen** afirmou ter sido proibida de usar o banheiro feminino de um shopping em Maceió. O caso ganhou grande

repercussão e colocou novamente em pauta a discussão sobre o uso do banheiro de acordo com a **identidade de gênero**.

A advogada Giowana Cambrone explica que ainda não existe legislação específica no país para essa questão. No entanto, ela destaca que a Constituição Federal proíbe qualquer ato de discriminação e prevê a reparação de danos morais causados em decorrência da exposição de uma pessoa a situações vexatórias ou constrangedoras. Em 2015, foi aberto no STF o julgamento de um recurso extraordinário que discute o pedido de indenização formulado por uma pessoa trans que também foi proibida de usar o banheiro de um shopping. O julgamento, no entanto, foi interrompido por um pedido de vista e segue parado até hoje.

Tathiane Aquino de Araújo, presidente da Rede Trans Brasil, avalia:

— O banheiro é um espaço de necessidades, um local que as pessoas não utilizam para exibir a genitália ou praticar afeto, nenhum tipo de prática que não sejam as suas necessidades fisiológicas, a sua higiene mínima. E, mesmo assim, a gente tem um preconceito da sociedade e falta uma lei que registre isso.

Discriminação e violência

Em junho de 2019, o STF se manifestou em relação a falta de leis para a proteção da população LGBT e criminalizou a [homotransfobia](#). De acordo com a decisão do STF, enquanto não houver legislação específica, atos de homofobia ou transfobia podem ser tipificados como crimes de racismo. Na avaliação da advogada, existe um grande desafio na aplicabilidade dessa decisão:

— A lei que define os crimes de racismo no Brasil não é bem aplicada devido ao texto e sua compreensão. O legislador se refere à discriminação produzida em lugares, enquanto a violência contra pessoas trans possui características de crime de ódio — explica a advogada, ressaltando que é preciso vencer a violência institucional de um sistema de justiça estruturalmente racista e transfóbico. — Embora seja uma decisão importante no aspecto simbólico, a experiência nos mostra que o racismo estrutural no sistema de justiça

impede que os crimes raciais sejam denunciados e punidos como prevê a norma. Por isso, há o risco de a decisão ter pouca efetividade pela transfobia institucional do mesmo sistema de justiça.

Para Giowana, um passo a ser dado é a cobrança de uma legislação mais eficaz:

— O Brasil é um dos países que mais mata pessoas trans no mundo. Precisamos de ações mais específicas. Temos que cobrar do Congresso a edição de uma norma autônoma que fale sobre isso e tipifique melhor a homotransfobia.

A advogada cita como um exemplo de legislação eficiente a [Lei Maria da Penha](#). Ela traz um arcabouço de políticas públicas, com acolhimento, prevenção da violência e educação. Questionada sobre a possibilidade da aplicação da lei no caso de mulheres trans, afirma ser uma questão polêmica e não uniformizada. Existem casos em que foi aplicado o entendimento de que era cabível, e em outros não. A advogada acredita, no entanto, que a violência sofrida por mulheres cis e trans são diferentes, apesar de terem um fundo comum.

— Normalmente, a mulher cis sofre violência doméstica, por seu companheiro, enquanto a pessoa trans é violentada por desconhecidos, na rua — ela explica.

O mesmo desentendimento ocorre no caso da lei de feminicídio, cujo projeto de lei inicial previa o transfeminicídio, retirado depois. Portanto, também não há uma uniformidade na interpretação da lei.

Por Raphaela Ramos

Educação precisa enfrentar violência de gênero, aponta debate

A educação é um fator-chave para enfrentar a violência contra a mulher. A avaliação foi feita nesta segunda-feira (20), pela senadora Regina Sousa (PT-PI), durante debate promovido pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela seção brasiliense do Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM-DF). o evento inaugurou o calendário de atividades com as quais o Congresso se integra à comemoração mundial dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher, que no Brasil são 21, por incorporarem o Dia Nacional da Consciência Negra.

[\(Senado Notícias, 20/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

— O machismo e o racismo estão incorporados na educação da gente. Quem milita, ainda se policia diante de suas manifestações. Quem não milita, deixa escapar, como fez o jornalista da Globo, naquele caso de racismo — disse a senadora na abertura do encontro, que teve como tema Homens Parceiros, Sentimentos Verdadeiros: pelo fim da violência contra as mulheres.

Olgamir Ferreira, decana de Extensão da Universidade de Brasília, destacou a importância de o Brasil ter incorporado o Dia Nacional da Consciência Negra aos 16 Dias de Ativismo, pois no país, afirmou, o racismo é determinante nas relações sociais e também na violência. Segundo ela, o Projeto Escola Sem Partido, que tem ganhado espaço no Parlamento, ameaça a desconstrução dos estereótipos de gênero.

Lúcia Bessa, integrante do FMM-DF e da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, ressaltou a implantação, em Brasília, de um sistema de segurança para as mulheres que estão em situação de violência e sob medidas protetivas de urgência. Chamado Viva Flor, o mecanismo se assemelha ao “botão do pânico”, adotado em outros estados.

Para Thiago Pierobom, promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a ação combinada da educação, das campanhas pela valorização das mulheres e de políticas de ação afirmativa para garantir a presença das mulheres em todos os espaços sociais beneficiaria não só as mulheres como os próprios homens.

— Os homens também são vítimas de uma masculinidade tóxica, alimentada pelos estereótipos de gênero, que associam a virilidade, a agressividade, à condição masculina. E a delicadeza à condição feminina — disse.

De acordo com o promotor, os homens figuram entre 94% das vítimas de homicídios por armas, são 93% da população carcerária, 75% das vítimas de suicídios e 56% queriam ser mais amigos de seus amigos, mas têm receio de mostrar afeto.

A jornalista Ramíla Moura lembrou a música A Carne, interpretada por Elza Soares. Após cantar o verso “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, ela sublinhou a importância da atuação da Procuradoria da Mulher, do Observatório da Mulher contra a Violência, do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, órgãos do Senado.

Coordenadora do FMM-DF, Mara Dall Negro foi responsável por garantir a presença de um grande conjunto de poetisas negras e negros, cujas intervenções se intercalaram ao longo das falas, como Jorge Amâncio, José Sóter, Nilva Souza, Paula Passos, Conceição Targino, Agda Camillo e Michelly Lorranny. Filha de Agda, Michelly, 11 anos, falou do orgulho de “ser negra e de cabelo volumoso”.

Judith Butler, 11 tiros no rosto,

aborto e a semana do patriarcado no Brasil

Um resumo das notícias mais importantes sobre direitos das mulheres e universo feminista

[\(CartaCapital, 10/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Uma das principais referências nos estudos de gênero, a filósofa Judith Butler, 61 anos, virou alvo de protestos ao visitar o Brasil. Acusada de promover a “ideologia de gênero” por grupos conservadores radicais, sua presença atraiu dezenas de pessoas para protestos contra e a favor da filósofa na terça-feira 7.

Em um dos momentos mais extremos, manifestantes portando crucifixos atearam fogo a uma boneca com o rosto de Butler, aos gritos de “queimem a bruxa!”.

Ao lado de sua esposa, a cientista política Wendy Brown, a autora de “Problemas de Gênero” (1990) também foi perseguida e agredida verbalmente por uma mulher na área de embarque do aeroporto de Congonhas, na manhã da sexta-feira 10.



Protesto contra a presença de Judith Butler no Brasil em São Paulo (Foto: Reprodução)

Segundo a atriz/MC Danieli Lima (Dani Nega), que presenciou a situação, a agressora estava exaltada e xingava Butler em inglês e português. A mulher também proferiu insultos racistas contra Danieli, que fez questão de registrar boletim de ocorrência na própria delegacia do aeroporto.

Apesar das polêmicas, Judith Butler passou longe de questões de gênero ou de teoria queer e focou suas falas no conflito entre Israel e a Palestina, um dos temas nos quais a autora tem se centrado nos últimos anos. Na segunda 6, Butler finalizou sua conferência de maneira irônica: “E essa não foi a

palestra sobre gênero que tanto queriam proibir”.

Em entrevista à *CartaCapital*, Butler [especulou](#) que o porquê do termo “gênero” inspirar tanta desconfiança e desentendimento. “O ataque ao gênero provavelmente emerge do medo a respeito de mudanças na família, no papel da mulher, na questão do aborto e das tecnologias para reprodução, direitos LGBTs e casamento homoafetivo”, elenca.

*

[Joanna Burigo](#): “Os estudos de gênero não negam nem demonizam a cis-heterossexualidade (onde cis é o oposto de trans), não se opõem ao direito de “meninos serem meninos” e “meninas serem meninas”, nem refutam a biologia, como pensam seus detratores. Os estudos de gênero simplesmente exploram perspectivas socioculturais sobre sexualidade e identidade, para além da fisiologia dos corpos e da naturalização do binário”

[Magali do Nascimento Cunha](#): “O grande perigo do fanatismo está na certeza absoluta e incontestável que essas pessoas têm a respeito das verdades que um dia lhe foram reveladas (portanto, não uma verdade qualquer, mas “A” verdade). Fanáticos não agem com a razão quando defrontados com posições diferentes ou questionamentos daquilo que defendem. Ao contrário, têm como marca a irracionalidade, o autoritarismo e a passionalidade, frequentemente agressiva, em que o fim, qualquer que seja, justifica os meios”

Queimem a bruxa

Lançado recentemente no Brasil pela editora Elefante, o livro [O Calibã e a Bruxa - Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva](#), da historiadora italiana Silvia Federici, investiga o que aconteceu com as mulheres ao longo da gradual instalação do capitalismo na Europa.

O livro, fruto de 30 anos de pesquisas, localiza a caça às bruxas como uma ferramenta para controlar o corpo e a sexualidade das mulheres e, conseqüentemente, quebrar a resistência feminina às mudanças e desarticular as redes de solidariedade nas comunidades. Assim, para ela, a

subjugação das mulheres foi essencial para o sucesso da instalação do capitalismo.

O mais assustador é a constatação da própria Federici de que a caça às bruxas, definitivamente, não pertence ao passado.

11 tiros no rosto: o feminicídio de Raphaella

Onze tiros no rosto dentro da sala de aula. Foi assim que a adolescente Raphaella Noviske, 16 anos, foi assassinada na cidade de Alexânia, no interior de Goiás. O feminicídio - um dos muitos registrados em 2017 - foi cometido por Misael Pereira Olair, de 19 anos.

A motivação?

Raphaella não teria correspondido aos avanços de Misael. Revoltado, o jovem juntou 2,3 mil reais, obteve uma arma calibre 32 e munição e pulou o muro da escola. Segundo a delegada responsável pelo caso, o crime será enquadrado como feminicídio, isto é, o assassinato de mulheres pela sua condição de mulher. Mais de 2 mil pessoas acompanharam o velório da estudante.

Embora casos como o de Raphaella ainda sejam epidêmicos e a questão da violência extrema contra a mulher continue urgente, está em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal uma sugestão popular que deseja eliminar o termo feminicídio do Código Penal.

O projeto foi para análise após reunir 26 mil assinaturas - basta 20 mil para que a questão seja debatida entre os senadores. Relatora do caso e presidente da Comissão de Direitos Humanos, a senadora Regina Sousa (PT-PI) lamentou: "É uma conquista tão nova e recente que não tem porque a gente retroceder". Ela não acredita, porém, que o tema avançará na Casa.

18 homens contra a possibilidade do aborto



Ato de mulheres contra a criminalização do aborto, em 2016 (Foto:

Reprodução)

Dezoito deputados federais - todos homens e quase todos ligados à bancada religiosa - deram o primeiro passo para restringir definitivamente a possibilidade do aborto no Brasil. Por 18 votos a um (da deputada Érika Kokay), os parlamentares deram aval para que a PEC 181/2015 siga para o plenário da Câmara, onde precisará do apoio de 308 deputados.

E bradaram, comemorando: “Vida sim, aborto não!”.

A votação se deu na quarta 8, em uma comissão especial criada na Câmara dos Deputados só para analisar a PEC. De autoria do senador Aécio Neves, a proposta tinha inicialmente o que parecia uma boa intenção: ampliar a licença-maternidade de mães de bebês prematuros.

O texto, porém, foi alterado para incluir a palavra “concepção” no texto que altera dois artigos da Constituição e definir que a vida começa ainda no ventre da mãe - posição-chave para aqueles contrários ao aborto como um direito sexual e reprodutivo da mulher.

Caso tal definição seja inserida no texto constitucional, o aborto será criminalizado em todos os casos, inclusive aqueles em que o procedimento hoje é permitido, como estupro ou risco de morte para a mãe.

As estatísticas, captadas na Pesquisa Nacional de Aborto - 2016, revelam uma realidade muitas vezes subterrânea e silenciosa, mais presente do que se imagina.

“A mulher que aborta está dentro da nossa família e na nossa vizinhança. Ela não é uma fantasia criada pelo debate moral”, afirma a antropóloga Debora Diniz, uma das autoras do estudo e professora de Bioética na Universidade de Brasília.

Em resposta, atos a favor da descriminalização da interrupção da gravidez e de repúdio contra a decisão dos políticos foram convocados para a próxima semana em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba, Fortaleza e Belém.

Justiça alemã aprova registro de pessoas do terceiro gênero

Mais alta instância jurídica da Alemanha decide que, além dos sexos feminino e masculino, pessoas devem poder ser registradas como intersexuais na certidão de nascimento; país deve ser pioneiro em legislação na Europa

[\(Opera Mundi, 08/11/2017 - acesse aqui\)](#)

O Tribunal Constitucional Federal alemão decidiu nesta quarta-feira (08/11) que pessoas do chamado terceiro gênero podem ser registradas como intersexuais ou ter a definição de gênero omitida em suas certidões de nascimento.

Pessoas intersexuais são aquelas que têm alguma variação de caracteres sexuais, o que dificulta a identificação do gênero masculino ou feminino após o nascimento. Essa variação pode estar ligada aos cromossomos sexuais, à presença de órgãos sexuais de ambos os sexos ou a hormônios sexuais femininos e masculinos.

A corte em Karlsruhe considerou que o direito geral de proteção à personalidade, previsto na Constituição alemã, também prevê a proteção à identidade de gênero. Por sete votos a um, os juízes estabeleceram que uma nova legislação deve ser criada até o final de 2018 para permitir “designações positivas de gênero” como “intersexual” ou “diverso”.

“A definição de gênero é de suma importância para a identidade individual, tendo papel fundamental na imagem própria de uma pessoa e na forma como essa pessoa é vista pelos outros”, diz a decisão dos juízes. “Dessa forma, a identidade de gênero das pessoas que não são masculinas nem femininas

está protegida.”

Pioneirismo na Europa

Com a criação da nova legislação, a Alemanha deve se tornar o primeiro país europeu a permitir o registro de pessoas do terceiro gênero na certidão de nascimento. Desde 2013, os alemães podem optar por deixar em branco a lacuna referente ao gênero nesses documentos, mas para defensores dos direitos do terceiro gênero essa medida ainda não era suficiente.

O caso chegou à Justiça alemã quando uma pessoa pediu para mudar sua descrição de gênero para “inter” ou “diverso” em seu registro de nascimento, onde constava que era do sexo feminino. O caso fracassou em diversas instâncias até chegar ao Tribunal Constitucional.

Estima-se que 80 mil pessoas na Alemanha se considerem intersexuais, não se enquadrando nas características masculinas ou femininas. Algumas possuem ao mesmo tempo testículos e ovários, enquanto outras não produzem os hormônios que determinam características binárias de gênero.

Os juízes em Karlsruhe ouviram 16 associações e organizações associadas ao tema. Entre os favoráveis ao terceiro gênero estavam o Instituto Alemão para os Direitos Humanos, a Sociedade Alemã para a Pesquisa Sexual e a Sociedade Alemã de Psicologia. Contra a decisão do tribunal estavam o Comitê Central dos Católicos Alemães e a Associação Federal de Cartórios de Registro.

A ministra alemã da Família, Katarina Barley, comemorou a decisão do tribunal e pediu que o novo governo federal avance nessa questão tão logo a nova coalizão governamental seja formada. “Apelo expressamente por uma ampla reforma das leis sobre transgêneros e intersexuais, seguindo as diretrizes do Conselho Europeu”, afirmou.

Entre os países que já aprovaram os registros oficiais de pessoas do terceiro gênero estão Nova Zelândia, Austrália, Nepal e Índia.

Fonte: Deutsche Welle | Bonn

Judith Butler: “O ataque ao gênero emerge do medo das mudanças”

A presença da filósofa norte-americana no Brasil reacende a discussão sobre gênero e ataca os conservadores

[\(CartaCapital, 06/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Referência nos [estudos de gênero](#) e uma das mais importantes filósofas norte-americanas contemporâneas, [Judith Butler](#), 61 anos, chega ao Brasil em meio a uma verdadeira guerra cultural centrada nas questões identitárias e de gênero no País.

O desembarque em terras tupiniquins acontece na esteira das discussões acerca do cancelamento da [exposição QueerMuseu](#) em Porto Alegre e das polêmicas envolvendo [nudez](#) no Museu de Arte de São Paulo e a mostra sobre sexualidade no MASP.

Acusada de promover a [“ideologia de gênero”](#), uma de suas palestras tornou-se alvo de grupos conservadores, motivando uma petição online em que afirmam que a presença da autora em um “simpósio comunista” não seria “desejada pela esmagadora maioria da população nacional”. Em resposta, atos de apoio e um “cordão democrático” também foram convocados.

Apesar de hoje se debruçar também sobre questões como a violência de Estado e a democracia, além de ser uma expoente das críticas a Israel, Butler é mais conhecida do público por suas contribuições aos estudos de gênero, em especial, pela obra *Problemas de Gênero* (1990), em que desenvolve sua teoria da performatividade.

“O ataque ao gênero provavelmente emerge do medo a respeito de mudanças

na família, [no papel da mulher](#), na questão do aborto e das tecnologias para reprodução, [direitos LGBTs](#) e casamento homoafetivo”, elenca a doutora em Filosofia por Yale e professora do departamento de Literatura Comparada na Universidade da Califórnia, que também é de origem judia, lésbica e militante dos direitos LGBT.

Butler fará uma palestra em São Paulo e participará da organização do seminário *Os fins da democracia*, marcado para o Sesc Pompeia, entre 7 e 9 de novembro.

Sua fala nesta segunda-feira 6 se dará no Teatro Marcos Lindenberg, da Universidade Federal de São Paulo, e se centrará no livro *Caminhos Divergentes: Judaicidade e crítica do sionismo*, lançado neste ano pela editora Boitempo. O [evento será transmitido](#) ao vivo pelo site da **CartaCapital** a partir das 19 horas.

Em trecho da entrevista concedida a **CartaCapital** por e-mail, Judith Butler fala sobre a luta pela igualdade em suas diversas formas e sobre o temor que a questão de gênero ainda inspira. A íntegra da entrevista estará na edição 978. Confira:

CartaCapital: *Como o feminismo e a questão [Israel-Palestina](#) se correlacionam em seu trabalho?*

Judith Butler: Muitas vezes meu trabalho se relaciona com movimentos sociais. Eu tento entender o que está acontecendo e então ofereço uma visão teórica sobre o fato. Às vezes, isto serve como ponto de referência para aqueles que buscam refletir sobre suas posições políticas e sociais.

Talvez nós devamos adicionar o movimento *queer* a esta lista, assim como a minha filiação nas políticas anti-guerra. Para mim, a questão é por que é tão difícil para as pessoas viverem juntas em igualdade? O que é esta resistência à igualdade em si?

Claro, uma resposta é que os dominantes procuram manter essa posição, mas, ainda assim, é possível se perguntar: por que não é mais desejado viver em termos de igualdade uns com os outros? Por que algumas vidas são consideradas importantes e outras não?

O problema de como atingir a igualdade surge para mim de diferentes formas. Quem é passível de luto e quem não? Por que algumas vidas são valorizadas pela sociedade e outras não? Uma radical desigualdade ainda caracteriza as relações entre homens e mulheres e entre Israel e Palestina, e, apesar de não se tratar de uma analogia estrita, ainda podemos perguntar porque a igualdade é tão difícil de ser atingida. E como começar a entender a aversão à igualdade?

CC: *No Brasil, conservadores radicais tem se mobilizado contra iniciativas de discussão de gênero, direitos LGBTQ e feminismo, que muitos entendem como parte de uma agenda de imposição da “ideologia de gênero”. Até mesmo sua conferência em São Paulo tornou-se alvo, com uma petição online alegando que “os brasileiros” não desejam sua presença em um “evento comunista”. Na sua opinião, por que o debate a respeito do gênero inspira tanto medo e desentendimentos?*

JB: Talvez “gênero” seja uma palavra que nomeia a circunstância de mudança nas normas sociais. O ataque ao “gênero” provavelmente emerge do medo a respeito de mudanças na família, no papel da mulher, na questão do aborto e das tecnologias para reprodução, direitos LGBTs e casamento homoafetivo.

Para aqueles que acreditam que “homens” e “mulheres” são naturalmente dotados de traços que os levam necessariamente a participar de um casamento heterossexual e da formação de uma família, é desconcertante e, talvez, assustador perceber que algumas pessoas designadas ao nascer para as categorias “masculina” e “feminina” não desejem permanecer naquela categoria, ou que algumas mulheres não queiram ter filhos ou que algumas famílias sejam formadas por gays.

Todos esses elementos são desafiadores. Nunca me ocorreu que a conferência seja “comunista”, ainda que exista nela uma preocupação sobre formas de autoritarismo e aumento das condições de precariedade na economia. No entanto, não estou certa de que isso a qualifique como “comunista”.

CC: *Ao mesmo tempo, há uma [nova onda do feminismo](#) surgindo no mundo*

todo. No Brasil, milhares de mulheres, em especial as jovens, estão engajando-se em movimentos de gênero e têm participado de manifestações públicas contra o sexismo, a favor da descriminalização do aborto e da visibilidade do feminismo negro. Qual é a sua visão sobre essa nova geração de mulheres mobilizadas?

JB: Acredito que essa nova mobilização feminista não vai parar, e que aqueles entre nós que são mais velhos aprenderão com as novas gerações, e que os esforços para suprimir os movimentos não serão fáceis, e que eventualmente falharão. Acho que a violência contra a a mulher é uma forte razão para mobilização, mas também é a diferença de renda, e as demandas por educação e igualdade.

O feminismo também tem sua própria crítica ao militarismo e ao autoritarismo, que em geral são formas masculinas de poder. Então, o feminismo não é uma política identitária, mas também uma visão poderosa de liberdade e igualdade.

Tory Oliveira. Colaborou José Antonio Lima

Da novela da Globo a Judith Butler, a ofensiva feminista e a contraofensiva conservadora

Do debate sobre violência doméstica em horário nobre a ativistas perseguidas, a primavera das mulheres vive um movimento de ação e reação no Brasil

[\(El País, 02/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A [violência contra a mulher](#) virou pauta no horário nobre da televisão

brasileira. Estreou na semana passada [O Outro Lado do Paraíso](#), a nova novela das 21h da [rede Globo](#), cujo enredo aborda, na principal emissora do Brasil, a violência doméstica. A protagonista da trama, Clara (Bianca Bin), sofre agressões do marido, Gael (Sérgio Guizé), pressionado pela mãe, vivida por Marieta Severo, que quer sua autorização para explorar esmeraldas nas terras da família. A mãe faz vista grossa para as investidas do filho agressor. Junto a isso, a área de responsabilidade social da emissora gravou os depoimentos de dez mulheres sobre o tema para veicular na internet e dar mais visibilidade ao assunto. Vem mais por aí na novela. A [violência contra mulheres](#) caiu de vez para dentro do folhetim televisivo que alcança os mais precários rincões do Brasil. Antes velado, o tema começou a entrar na casa de milhões de brasileiros. Na última segunda-feira, só na grande São Paulo, quase 2,5 milhões de televisores estavam ligados na trama, segundo números do Ibope.

Em abril deste ano, esta mesma emissora foi alvo de uma [campanha contra o assédio sexual](#) a partir da denúncia de um caso que ocorreu ali nos bastidores, quando a figurinista Suslem Tonani denunciou, em carta aberta, uma das grandes estrelas da casa, o ator José Mayer, [por um desbocado assédio](#). “Você nunca vai dar pra mim?”, ouviu a figurinista, que também teve as partes íntimas tocadas por Mayer, conforme relato divulgado em um carta publicada no jornal *Folha de São Paulo*. A Globo rebolou para lidar com o assunto. Mayer, por exemplo, está na geladeira. Mas a emissora precisou encarar a reação da própria equipe de funcionárias, que assumiram uma onda de solidariedade feminina, sob o lema *Mexeu com uma, mexeu com todas*. A *ficha* da rede Globo parece ter caído. Não dá mais para acreditar no silêncio feminino diante de casos como esses.

Essa catarse brasileira também está sendo vivida nos Estados Unidos, em grandes proporções. Em menos de um mês, um inferno baixou em Hollywood. Ali, [as mulheres estão destapando os bueiros](#) e denunciando casos de assédio por [parte do produtor norte-americano Harvey Weinstein](#). [Kevin Spacey](#) e [Dustin Hoffmann também estão sendo acusados](#) pelo mesmo crime. Isso sem falar no diretor James Toback, acusado de assédio sexual por nada menos que 38 mulheres. Com tantos casos pipocando no mundo da fama, foi criada a campanha global [#MeToo, para encorajar mulheres a](#)

[relatarem](#) suas experiências como vítimas de assédio sexual. [A publicidade está tendo que repensar seu papel](#). A Feira Literária Internacional de Parati (Flip) deste ano se posicionou e [incluiu mais mulheres que homens na sua programação](#) pela primeira vez em 15 anos. Nos Estados Unidos, foram as mulheres que [saíram as ruas para protestar contra o presidente Donald Trump](#), no início de 2017. Se em 2015, a primavera feminista levou milhares de mulheres brasileiras [às ruas para dizer basta aos retrocessos](#) que se personificavam na figura do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, neste ano o inverno feminista dizia não a Trump nos Estados Unidos.

Mas este despertar feminista não é tão simples quanto parece. Ao mesmo tempo em que ele avança neste século XXI, vive uma opressão mais ostensiva, num movimento de ação e reação. Ao mesmo tempo em que tenta avançar na conquista de direitos, luta diariamente para não perder terreno naquilo que já foi conquistado. No ano passado, quando a celebrada [Lei Maria da Penha](#) completava dez anos desde que entrou em vigor, uma mulher foi assassinada a cada duas horas no Brasil, resultando na morte de 4.657 mulheres. Desses casos, porém, somente 533 foram classificados como [feminicídios - quando o crime é cometido contra a mulher](#) por razões da condição do sexo feminino - de acordo com o [Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#), divulgado nesta semana. Além das mortes, foram registrados quase 50.000 casos de estupros em todo o país, 4% a mais que em 2015.

O que os números não mostram é que, por trás deles, está a naturalização de certos comportamentos cerceadores, como o medo de entrar sozinha em um táxi ou de usar um aplicativo de carona. Em agosto deste ano, a escritora Clara Averbuk foi estuprada, voltando para sua casa, pelo motorista da Uber. Na época, a companhia repudiou o ocorrido. Já ela, escreveu uma publicação em sua página no Facebook para incentivar que outras mulheres compartilhem seus relatos de assédio ou [estupro](#) sofridos em táxis ou carros de aplicativos de carona. Um homem não imagina que dentro de um táxi ele pode correr risco. Já uma mulher precisa pensar duas vezes antes de sair de casa sozinha.

Com o tema em voga, companhias correram para criar aplicativos ou

programas atendidos somente por motoristas mulheres. Qualquer semelhança com [o polêmico vagão rosa nos trens e metrô](#)s não é mera coincidência. O transporte público e coletivo - onde poderia se deduzir que a presença de mais pessoas poderia inibir algum ato - também entra na conta de lugares com potencial risco para mulheres. Para ficar no caso mais recente, no início de setembro, um homem foi condenado a dois anos de prisão por ter tocado as partes íntimas de uma mulher dentro de um ônibus na avenida Paulista. A condenação ocorreu depois de ele ter praticado crimes contra as mulheres - incluindo ter ejaculado em algumas vítimas, sempre dentro de ônibus - pela 17ª vez. Só houve a detenção pelo protesto contínuo das mulheres para chamar a atenção sobre o assunto.

Ao mesmo tempo em que a violência de gênero está pautando novelas, estes registros não param de crescer. Ativistas feministas são perseguidas e ameaçadas. De morte, inclusive. Gabriela Manssur, promotora que atua no Ministério Público de São Paulo em defesa dos direitos das mulheres, diz que os casos de perseguições a mulheres estão aumentando. “Mas nunca foi feita esta estatística”, diz ela. “Tem uma ativista que está inclusive indo embora do país por causa da perseguição”.

Um dos casos mais emblemáticos é de Lola Aronovich, professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) e autora do blog *Escreva, Lola, escreva*. Ela já sofreu diversas ameaças de morte e de estupro simplesmente por ser feminista. Em cinco anos, já registrou 11 boletins de ocorrência, o último, em abril deste ano. “As ameaças saem de uma quadrilha organizada”, diz ela. “Eles perseguem não só a mim, mas a minhas leitoras e até as minhas advogadas”, conta. No ano passado, Lola conta que o reitor da universidade onde ela trabalha recebeu um e-mail com uma ameaça: se não a exonerasse, haveria um atentado na UFC. “No texto diziam que ou ele despedia esta ‘porca imunda’, se referindo a mim, ou passaria uma semana recolhendo corpos de 300 cadáveres”, conta ela. A Polícia Federal entrou na jogada. Até o momento nada foi descoberto.

Para Gabriela Manssur, apesar das tentativas de censura, o movimento feminista não tem volta. “As mulheres não estão mais aceitando a diminuição dos direitos por elas conquistados e que são fruto de uma luta feminista de

muito tempo”, diz. Ela acredita, porém, que os movimentos retrógrados e o movimento feminista se retroalimentam. “Estamos vivendo sim uma onda de retrocesso em que há um conservadorismo muito grande, talvez até em resposta a esta autonomia que as mulheres conquistaram”. Lola Aronovich concorda. “Os ataques pioraram”, diz. “Depois da eleição de Trump e agora com a consolidação da candidatura de [Bolsonaro](#), as coisas tendem a piorar ainda mais”.

Um exemplo de ação do conservadorismo é o movimento em torno da vinda de Judith Butler ao Brasil. [A filósofa norte-americana é um dos símbolos do feminismo](#) e da *teoria queer*, que [expande os estudos sobre gênero e identidade sexual](#). Assim que sua vinda foi anunciada, para um evento que acontecerá no Sesc Pompeia nos dias 06 e 07 de novembro, foram criadas petições online pedindo o cancelamento do evento e o Sesc passou a sofrer ataques online por meio da sua página no Facebook. Os ingressos para o evento, porém, se esgotaram em menos de duas horas.

Sororidade x rivalidade

Para Gabriela Manssur, embora a luta feminista tenha avançado nos últimos anos em todo o mundo, ainda estamos atrasadas quando o assunto é sororidade. A palavra, nova para o vocabulário brasileiro, significa a união e o companheirismo entre mulheres, baseados na empatia. Segundo Manssur, é o ato de pegarem nas mãos umas das outras e brigarem, juntas, por novas conquistas. “A teoria é linda”, diz ela. “Mas na prática, não é bem assim”.

Ela explica que ainda existe um grande estereótipo que rotula mulheres como rivais, competitivas e perversas umas com as outras. A televisão, que no início deste texto fez o papel de mocinha, também é vilã quando veicula novelas em que mulheres disputam entre si - muitas vezes incluindo cenas de violência - um homem ou um cargo em um trabalho, por exemplo. “Sororidade significa a gente se unir e não julgar ou puxar o tapete uma da outra”, explica Manssur. “Precisamos romper os estereótipos. O feminismo avançou, mas a sororidade ainda não”.

Marina Rossi

‘Mulher cis’ e a política sexual das palavras, por Joanna Burigo

Disputas não são apenas pelas palavras, mas pelo que elas significam, e para quem

[\(CartaCapital, 26/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“Mulher cis” é uma das tantas expressões do léxico dos [estudos de gênero](#) que são, ao mesmo tempo, local e ferramenta de disputa.

A expressão é usada para designar fêmeas identificadas/que se identificam como mulheres e é bastante problematizada por pessoas que cabem em seu enunciado.

Não posso dizer que não compreendo.

A saber, sou mulher cis. Quando nasci, a partir do que viram, ou do que não viram, me designaram menina. Nunca me ocorreu que o fato de que me “liam” como menina não correspondia à forma como eu mesma me “lia” (e estou segura de que a congruência entre o olhar do outro e o meu próprio sobre mim, neste sentido estrito, é fator positivo na constituição da minha subjetividade).

Tendo dito isso, é certo que também sempre estive atenta e vulnerável às violências a que meninas e mulheres são expostas por serem meninas e mulheres: [assédio](#), [misoginia](#), micromachismos, macromachismos, [violência letal](#), sexual e simbólica, para nomear alguns.

Sempre vivi e ainda vivo sob o jugo dos estereótipos e normas, opressões, injustiças e desequilíbrios nas relações com homens, relações que estão aí, em operação e bem visíveis, desde muito antes de sermos denominadas mulheres cis.

Me identifico [como feminista](#) bastante por causa disso tudo, e outro tanto para resistir a isso tudo, e outro tanto ainda para reconfigurar isso tudo.

É também por isso tudo que compreendo o incômodo que o termo “cis” pode causar. Falar em mulheres, até pouco tempo atrás, parecia significar falar apenas sobre mulheres cis.

Para um grupo tão controlado e silenciado historicamente, e justamente ao redor e por causa do qualificador “mulher”, a demanda pelo qualificador extra “cis” pode soar como uma injúria.

Mas vale ressaltar que “cis” não é ferro em brasa, e sim uma palavra, que carrega significados em disputa, e que existe, quer se goste dela ou não.

Até onde sei ninguém tem obrigação de usar o termo “cis”, e por óbvio é preciso resistir a quaisquer imposições violentas de seu uso. Da mesma forma, não é necessário rechaçar o termo ou demonizar quem o usa. Ele bem serve como qualificador analítico.

Do mesmo lado

Há uma interpretação panfletária da palavra “cis” que, volta e meia, como é característico da era da [pós-verdade](#), circula pela internet.

De acordo com esta interpretação, a expressão significa “comfortable in skin” - “confortável na pele”, em inglês inculto - e supostamente assinalaria que mulheres nascidas fêmeas estão em plena harmonia com sua identidade de gênero.

Embora a expressão possa ser usada para articular certas [relações identitárias](#), é falacioso atribuir a esta interpretação do termo seu status de origem.

O “cis” dos estudos de gênero não vem do acrônimo de uma expressão coloquial, mas do prefixo que, em latim, significa “do mesmo lado”. Este prefixo é utilizado em outras esferas da linguagem, não apenas no contexto dos estudos de gênero.

Um exemplo é o gentílico “cisalpino”, palavra romana utilizada para

denominar os habitantes “do lado de cá” dos Alpes.

Na química orgânica a isomeria geométrica é também conhecida como isomeria cis-trans.

Desconheço seus usos, porém compreendo sua lógica: isomeria cis é aquela cujos substituintes estão “do lado de cá” da ligação dupla (dois pares de elétrons) ou dos cicloalcanos (compostos de hidrogênio e carbono), e isomeria trans é aquela cujos substituintes estão “do lado de lá” da ligação dupla e dos cicloalcanos.

O sufixo cis da palavra romana denota que o “do lado de cá” dos Alpes equivale à perspectiva de Roma. Na isometria, a baliza é um lado ou outro das ligações duplas e cicloalcanos.

Afinal, o que é gênero?

O que significaria o “lado de cá” no contexto de gênero? Isso abre outra pergunta: o que é, afinal de contas, [gênero?](#)

Pode uma palavra significar, ao mesmo tempo, um sistema, as formas como nos organizamos simbolicamente entre femininos e masculinos, e a teoria crítica e campo de estudos interdisciplinares sobre este sistema?

[Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra](#) é um artigo de Donna Haraway, no qual ela confessa ter sido tonta por aceitar um convite para descrever o vocábulo para o famoso pai-dos-burros.



A teórica feminista Donna Haraway (Foto: Reprodução)

O que segue essa confissão é uma minuciosa introdução teórica que demonstra a complexidade de se pensar em gênero como termo.

O texto, que é de 1991 e passeia por uma vasta coleção de perspectivas teóricas sobre gênero e sexo, evidencia as muitas tentativas de definir ambos, e revela a construção, erros, acertos e ausências de suas gramáticas.

Desde que o feminismo questionou a categoria “mulher”, seus significados

vêm se transformando. E as categorias “mulher” e “cis” não são os únicos lugares e ferramentas de disputa de gênero.

O conceito de “privilégio cis” também é bastante contestado. Afinal, quais seriam as vantagens de ser mulher cis num [mundo misógeno](#)?

A escolha militante entre o uso de expressões como “violência de gênero” X “violência masculina”, ou ainda “[gênero nas escolas](#)” X “escola sem machismo” também apresentam argumentos aparentemente conflituosos: por um lado, ao dar enfoque a gênero, dilui-se a questão da violência masculina; por outro, machismo e violência masculina não dão conta de articular todos as opressões de gênero.

O próprio feminino-como-linguagem vive em disputa.

Pairam interrogações nos feminismos. O que afinal define o feminino? Seria ele somente um conjunto de normas aprisionantes? O que fazer com o feminino? Ele precisa ser aniquilado? Sendo assim, aniquilaríamos também o masculino? E como faríamos uma e outra coisa, ou a distinção entre elas?

E quando feminilidades e masculinidades são deslocado dos seus corpos “de origem”?

Este deslocamento revela a ruptura entre os códigos de gênero e a normatização de gênero pautada na interpretação de corpos, ou a reforça?

Quem pode e quem não pode se utilizar dos códigos de gênero, e por que?

A lista é imensa.

Haraway conclui que a decisão de manter ou refutar categorias de gênero - mulher, homem, trans, cis, por exemplo - é uma insistência política, e cauciona que explicações da categoria social “gênero” não são tarefa simples, e dependem muito da historicização de categorias como sexo, carne, corpo, biologia, raça e natureza.

Disputas não são apenas pelas palavras, mas pelo que elas significam, e para quem. Se procuro por pontes entre as perspectivas dos já marginalizados discursos feminista e de gênero, é porque a investigação dos significados de

seu léxico para além de prescrições e regras me parece mais profícua do que travar infinitas e circulares batalhas semânticas entre minorias.

Gosto também de pensar que de algum jeito isso corrobore com a utopia feminista de Donna Haraway, na qual se pode “falar todas as línguas de um mundo de cabeça para baixo”.

Conversemos, então, sem medo sobre a política sexual das palavras de gênero.

Joanna Burigo é fundadora da Casa da Mãe Joanna e mestre em Gênero, Mídia e Cultura

Travestis e transexuais poderão solicitar inclusão do nome social no CPF

Transexuais e travestis poderão ter o nome social incluído no documento de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Para isso, basta que compareçam a uma unidade de atendimento da Receita Federal e peçam a inclusão. O cadastro será feito imediatamente e o nome social passará a constar no CPF, acompanhado do nome civil.

[\(Agência Brasil, 20/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

As orientações foram divulgadas hoje (20) pela Receita Federal após a publicação de [instrução normativa](#) sobre a questão no *Diário Oficial da União* desta quinta-feira (20). O nome social constará dos documentos “Comprovante de Inscrição” e “Comprovante de Situação Cadastral” no CPF.

O nome social é a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida.

Decreto publicado em abril do ano passado, assinado pela então presidente, Dilma Rousseff, estabelece que os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, devem adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento. O decreto estabeleceu prazo de um ano para órgão e entidades se adequarem à norma. A instrução da Receita visa cumprir a determinação.

O decreto assegura a travestis e transexuais o direito de requerer, a qualquer momento, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Mariana Tokarnia; Edição: Maria Claudia

Equidade de direitos das adolescências e diversidade nos espaços educativos

A permanência na escola pode não ser uma realidade para todos, em particular para meninos e meninas LGBT. A educação para as diferentes infâncias e adolescências é, efetivamente, a oportunidade para impulsionar as mudanças necessárias

[\(Nexo, 10/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Considerando a importância fulcral que a escola ocupa na construção da identidade dos indivíduos e na sua interação em sociedade, lhe é atribuído o papel de promotora do desenvolvimento e catalisadora de mudança social.

No Informe Mundial sobre a Violência contra Meninos e Meninas (2006) esse potencial é destacado como sendo o mais importante em qualquer país do mundo. A escola constitui-se como um espaço de oportunidades para ensinar novos modelos de vida em sociedade, não violentos, mais justos e mais solidários. A esse potencial, soma-se o fato de reunir uma diversidade étnico-racial, religiosa, sexual e cultural, e diferentes atores e experiências sociais da comunidade.

O direito à educação, em igualdade de condições de acesso e permanência, é um direito humano de todas as crianças e adolescentes, sem distinção. No entanto, tão importante quanto o acesso é considerar que, do ponto de vista da diversidade na educação, há muitas questões que determinam as condições da permanência. Se nos últimos anos tivemos significativos avanços no acesso de meninos e meninas, mais recentemente, temos assistido à emergência de discussões em torno da reprodução de iniquidades no espaço escolar. A hierarquização das diferenças, o “outro” concebido como estranho à luz de modelos pré-concebidos, determinam os lugares e a posição a ser ocupada e criam barreiras para a mobilidade social. Assim, a igualdade de condições para a permanência na escola pode não ser uma realidade para todos, em particular para meninos e meninas LGBT.

Um retrato dessa situação são os resultados obtidos na “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil - as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais”, publicada em 2016 pela Secretaria de Educação da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Participaram da pesquisa um total de 1.016 estudantes com idades entre 13 e 21 anos, que responderam a um questionário sobre as suas experiências pessoais nos ambientes educativos.

Entre as principais conclusões, o estudo identificou que 73% dos entrevistados já sofreram algum tipo de agressão verbal em função da sua orientação sexual, e 68% por causa da sua identidade/expressão de gênero, o que reforça o quanto a violência, também na sua manifestação simbólica de imperativos e imposição moral e normativa, afeta particularmente a vida desses adolescentes. E não só, pode alimentar um ciclo vicioso de violações

culminando em alguns casos na negação do próprio direito à vida, seja pelo homicídio de adolescentes com base no ódio irracional, seja pelo suicídio de adolescentes pelo seu não-reconhecimento e desproteção social. De algum modo, a fragilidade no cumprimento por parte do Estado do seu dever de proteção integral e a invisibilidade jurídico-normativa da população LGBT contribuem para esse cenário.

Em relação à percepção sobre segurança, na pesquisa por enquête realizada em dezembro de 2016 pelo projeto U-Report Brasil do UNICEF, com 958 respostas de adolescentes, 61% dos respondentes consideram que a escola não é um lugar seguro para adolescentes LGBT, e cerca de 35,8% dos adolescentes participantes da Pesquisa Nacional já foram agredidos fisicamente. Arrisca-se a afirmar que, em menor ou maior grau, o sentimento de insegurança, de medo, que essa parcela da população sente nas ruas e em outros espaços públicos, de um modo geral, tem sido reproduzido também no espaço escolar. Seja pelo medo de expressarem a sua identidade de gênero ou sexualidade, como indicam 46% dos participantes da enquête, seja pela insegurança na sua instituição educacional em função de sua orientação sexual e identidade/expressão de gênero, mencionada na Pesquisa Nacional por 60,2% e 42,8% dos entrevistados, respectivamente.

Essas diferentes formas de violência, agressão física ou verbal, e a insegurança generalizada também impactam diretamente no rendimento escolar dos adolescentes. A Pesquisa Nacional verificou que a probabilidade de os entrevistados faltarem às aulas aumentava quando submetidos a situações discriminatórias e que estas, ainda, reduziam o seu sentimento de pertencimento à sua instituição de ensino. Por um lado, tem-se o enfraquecimento da confiança nas relações interpessoais tão importante na socialização dos adolescentes, por outro, a escassez de mecanismos institucionais adequados e à medida das necessidades dos adolescentes.

Nestes termos, de que forma os ambientes educativos têm respondido à complexidade desses problemas e os seus efeitos? Como o seu potencial endógeno tem sido considerado na busca por soluções? Existem diferenças entre adolescentes que precisam ser reconhecidas e consideradas? Que entraves são identificados? A Pesquisa Nacional revelou que para 36% dos

participantes, segundo a sua percepção individual, as respostas dadas pela escola foram ineficazes para impedir situações de agressão. Porém, 88% dos respondentes identificaram pelo menos uma pessoa da equipe educacional como uma pessoa acolhedora para fazer face a este problema.

Sabe-se que a escola é por essência a oportunidade de criação de laços sociais e de um ambiente saudável baseado em direitos, especialmente o direito à participação e à não-discriminação, como preconiza a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança. Nela, círculos virtuosos de afetos são criados e, portanto, um espaço para o exercício pleno da liberdade de escolha e promoção da cidadania é materializado. No entanto, diante deste cenário, um primeiro passo seria compreender criticamente que os ambientes educativos podem ser um espaço de normalização de determinadas violências baseadas numa cultura machista, racista, sexista e, a partir disso, reconhecer os seus desafios inerentes. Sugere-se uma visão crítica, mas associada ao reconhecimento do potencial de mudança desses espaços.

Respostas sociais transformadoras, sobretudo no âmbito da participação dos adolescentes, têm surgido. A constituição da Rede Nacional de Adolescentes LGBT e a Campanha Ana (Aliança Nacional dos Adolescentes) são exemplos de círculos virtuosos de participação e proteção entre pares, organizações coletivas de cidadania dos adolescentes no intuito de incidir pelos seus direitos. A produção da Campanha Defenda-se centrada na autonomia das crianças e na sua autodefesa contra as diferentes expressões de violência sexual, inclusive a de gênero, é outro exemplo, já que as crianças estarão, conseqüentemente, melhor preparadas na fase da adolescência.

Portanto, a educação para as diferentes infâncias e adolescências é, efetivamente, a oportunidade para impulsionar as mudanças sistêmicas necessárias. Contudo, a sua permanência com qualidade será tanto mais benéfica quanto maior for a priorização e a atenção dada aos riscos provenientes da invisibilidade dos problemas indicados. Espera-se que o avanço pretendido na redução das iniquidades considere as diferenças revestidas do sentido emancipatório adequado. E, parafraseando o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que essas diferenças sejam reconhecidas toda

vez que a igualdade descaracterizar os adolescentes, mas também os igualar, quando por algum motivo, essas mesmas diferenças os inferiorizarem.

Beatriz Caitana é socióloga e especialista de articulação no Centro Marista de Defesa da Infância / Rede Marista de Solidariedade

Vinícius Gallon é analista e coordenador da Campanha Defenda-se no Centro Marista de Defesa da Infância / Rede Marista de Solidariedade